

A segunda guerra púnica e a construção da “armadilha cívica” nas *Histórias*, de Políbio

(The Second Punic War and the construction of “civic trap” in Polybius’ *Histories*)

Henrique Modanez de Santa Ana
Universidade de Brasília

Resumo

Resumo: Este artigo analisa a Segunda Guerra Púnica a partir da questão do militarismo cívico presente nas *Histórias*, de Políbio. Levando em consideração o contexto de emergência da tradição militar helenística, desenvolvo um estudo acerca das táticas empregadas em todas as batalhas decisivas deste conflito, travado entre Roma e Cartago.

Palavras-chave: guerra, tática, Cartago, Roma.

Abstract

This article analyses the Second Punic War from the matter of civic militarism founded in Polybius’ *Histories*. Taking into consideration the context of emergence of the Hellenistic military tradition, I develop a study on the tactics employed in all decisive battles of this conflict fought between Rome and Carthage .

Key words: warfare, tactic, Carthage , Rome .

Recepción: 12/04/2008

Evaluación: 16/05/2008

Aceptación: 30/05/2008

1.1. PRELÚDIO DA GUERRA

Pensando a história antiga de modo relacional, percebemos que no início do séc. III a.C., enquanto diversos reinos surgiam como desdobramento da fragmentação do Império Macedônico, a aproximação dos romanos com a Sicília, especificamente com a cidade de Taras (a *Tarentum* romana), promoveu um rompimento no acordo antes feito com *apólis* dotada da maior frota da península itálica[1]. Estava claro que Roma, então republicana, não ignoraria o apelo advindo de seus aliados da Magna Grécia e que Taras não permitiria a presença das tropas romanas no golfo tarentino. Com isso, instaurou-se uma situação cujo fruto final seria a intervenção de Pirro nos assuntos peninsulares, justificando tal postura pela defesa dos gregos contra um poder estrangeiro (*xenos*), como fizera Filipe II quase oitenta anos antes contra os persas.

Após Pirro, os gregos do sul da península itálica perceberam que não poderiam fazer frente aos romanos e, em 272, os tarentinos decidiram aceitar a aliança proposta por eles. O resultado da campanha de Pirro provocou no cenário político do Mediterrâneo ocidental abalo

suficiente para fazer com que o reino ptolomaico entrasse em relações diplomáticas com Roma, provando o reconhecimento dos romanos diante dos reinos subseqüentes ao império alexandrino. Além disso, encurtou a distância com o maior poder do Mediterrâneo ocidental, isto é, a cidade fundada pelos fenícios no séc. VIII a.C. e que agora se mostrava interessada em assumir o controle da Sicília: Cartago.

No contexto de fixação do conflito armado contra os cartagineses, o recrutamento do mercenário espartano Xantipo como comandante das forças armadas terrestres púnicas obedece a uma lógica estranha ao exército cívico romano. Nesses termos, deve ser percebido que o grande problema do exército cartaginês era o mesmo dos persas no séc. V a.C.: a carência de uma tradição de infantaria pesadamente armada. A inexistência de infantess que cumprissem função tática semelhante a dos hoplitas ou legionários era ainda agravada com o fato dos comandantes cartagineses (antes da reforma elaborada por Xantipo) desconhecerem as formas básicas de integração tática, difundidas em toda a Hélade e nos reinos sucessores do Império de Alexandre.

No momento em que Xantipo, então contratado pelos cartagineses, observou a quantidade de cavalos e elefantes (*elephantas*) dos quais dispunham Cartago, deduziu, de acordo com Políbio, que perdiam as batalhas para os romanos devido à “imperícia” de seus comandantes. Ao dispor as tropas contra o cônsul romano e suas legiões, o mercenário fez marchar a frente do exército os elefantes, na tentativa de suprir a deficiência de “tropas de choque” com o ataque intimidador dos animais. Atrás da investida inicial seguia a infantaria cartaginesa, a uma distância segura e ladeada pela cavalaria.

Os romanos, em contrapartida, temendo o ataque dos elefantes, densificaram as linhas centrais no intuito de barrar a investida, mas “falharam totalmente em seus cálculos contra a cavalaria cartaginesa, muito superior à romana”[2]. A partir da vitória nas alas, os cavaleiros cercaram os legionários que começavam a repelir o ataque dos elefantes, mas se viram obrigados a combater tanto os cavaleiros que os flanqueavam quanto a infantaria cartaginesa que lhes chegava intacta e ordenada. A partir de Xantipo (que assegurou apenas essa vitória como comandante, segundo Políbio), as forças cartaginesas combateram de modo taticamente integrado, ora executando manobras que supriam o problema da infantaria de choque, ora empregando mercenários ou elefantes como substituto para a carência de exército que marchava sob o princípio da *eutaxia*.

Por meio da Campanha Pírrica, os romanos entraram em contato direto com a tradição militar helenística, que se desenvolvia paralelamente à fixação de uma cultura militar pautada na defesa do militarismo cívico. No entanto, a reforma tática que permitiu o avanço das tropas romanas em campo de batalha, sem sofrer os efeitos do envolvimento de manobra de tipo macedônico, ocorreu apenas alguns anos depois, durante a Segunda Guerra Púnica. A vitória sobre Pirro não eliminou, portanto, os problemas aos quais foram submetidas às legiões quando enfrentavam um exército helenístico bem preparado. Isto se deveu especialmente ao fato de que, diante do interesse crescente pela Sicília por parte das maiores cidades do Mediterrâneo ocidental, os exércitos mercenários se impuseram como necessários, uma vez que os cartagineses não possuíam qualquer tradição na utilização de tropas cívicas. Desse modo, a integração tática típica dos exércitos mercenários, aliada à falta de familiaridade dos

cartagineses no que se refere ao comando de soldados em terra firme, fez com que fosse legado o controle e treinamento de suas tropas (compostas tanto de mercenários quanto de povos aliados africanos) a um *misthophoros* de nome Xantipo.

Com apenas uma referência em Políbio (1, 32), Xantipo se encarregou de apresentar aos cartagineses a tradição militar helenística, especialmente no que se refere aos dispositivos táticos. Com isso, pôde vencer o cônsul romano na África e organizar o exército cartaginês em sintonia com a complementaridade tática necessária no contexto de consolidação dos exércitos profissionais. Os próprios romanos, quando passaram à fase do imperialismo ofensivo[3], perceberam a incompatibilidade do exército cívico com guerras encaminhadas longe da cidade natal.

Com o fim da guerra em 241 a .C., quando Amílcar resignou ao comando do exército, Cartago enfrentou o maior problema no pós-guerra (talvez até mais grave que as exigências romanas). Os mercenários que haviam retornado sem pagamento do conflito na Sicília requereram seu *misthos* e, diante da recusa por parte dos cartagineses, pegaram em armas e avançaram contra Tunis e logo contra Cartago. No entanto, a vitória dos cartagineses sob o comando de Amílcar Barca, especificamente na batalha de Bagradas (239 a .C.), encerrou a guerra mercenária. Este conflito pode ser analisado, juntamente com as guerras púnicas[4], a partir de dois elementos interligados que, em nosso entender, não devem ser dissociados: (a) a formação da tradição militar helenística e sua adaptação por cartagineses e romanos e (b) a constituição de uma escola tática difusora desta tradição, que une os planos de batalha empregados tanto por comandantes cartagineses quanto por romanos (especialmente no que se refere à manobra de envolvimento de tipo macedônico).

1.2. OS TRÊS MOMENTOS DA SEGUNDA GUERRA PÚNICA

Após os anos transcorridos entre o fim da guerra mercenária e a expansão do território cartaginês, observamos que, diante do assassinato de Asdrúbal (221 a .C.), o comando do exército cartaginês ficou sob responsabilidade de Aníbal Barca, filho de Amílcar Barca, criado por quase toda sua vida na região mais nova do Império construído por Cartago: a chamada Hispânia romana. Com Aníbal, o período de paz se transformou em guerra aberta, especialmente a partir do ataque a Sagunto, cidade aliada dos romanos.

O questionamento do por que o conflito foi retomado por parte dos cartagineses refere-se, em nível inicial, ao juramento relatado por Políbio, no qual Aníbal, ainda jovem, prometeu a seu pai que não se tornaria aliado de Roma e que, além disso, encaminharia a guerra contra eles.

Nas palavras de Políbio[5] ao apresentar a explicação de Aníbal para a guerra:

(...) quando seu pai estava por cruzar a Hispânia com suas tropas, Aníbal tinha nove anos e estava próximo a um altar onde Amílcar oferecia um sacrifício a Zeus. Uma vez que obteve agouros favoráveis, libou em honra aos deuses, cumpriu os ritos prescritos e, ordenando que todos os demais que assistiam o sacrifício se afastassem um pouco, chamou Aníbal e perguntou amavelmente se ele queria acompanhar-lhe na expedição (...) Amílcar o conduziu pela mão direita até o altar e o fez jurar, tocando as oferendas, que jamais seria aliado dos romanos.

A investigação elaborada por parte do historiador deve ser dirigida, evidentemente, com base na documentação, mas sempre em relação ao contexto onde as informações foram produzidas. Em outras palavras, cabe interrogar, para além da procedência da lenda referente ao juramento de Aníbal, sobre as relações políticas existentes entre as duas potências do Mediterrâneo ocidental no séc. III a.C.

De um lado, com o controle político da península itálica, encontrava-se a cidade de Roma, tendo seu domínio estendido de partes da Gália Cisalpina (considerada pacificada pelos romanos sob Júlio César, no séc. I a.C.) à Magna Grécia, região que limitava um lado da fronteira imaginada para o fortalecimento da posição no Mediterrâneo ocidental. Do outro lado, estava a cidade de Cartago, possibilitando o entendimento de uma “fronteira imaginada” a partir da idéia de que o controle de um limite (Magna Grécia ou norte da África) e da região de fronteira (as ilhas que intermediavam as duas regiões citadas) implicaria em fortalecimento político.

De acordo com Scullard[6],

A história externa de Cartago, que é principalmente a história de sua tentativa de construir e manter seu comércio, recai sobre três períodos óbvios: 1) o esforço inicial para dominar os outros estabelecimentos fenícios e a população nativa do norte da África; 2) a tentativa de controle exclusivo do Mediterrâneo ocidental, da qual resultaram séculos de guerra com os gregos; 3) e finalmente sua três guerras contra Roma.

Diante da existência de “três períodos óbvios” na história de Cartago, devemos enfatizar o fato da escrita sobre os eventos que caracterizaram a derrota dos cartagineses para os romanos ser especialmente “externa”, ou seja, elaborada em um universo referencial que primava pela noção de dever cívico, o que era estranho à cultura cartaginesa.

A partir desta ênfase, adentramos a questão do porque a historiografia referente a segunda guerra púnica permanece, especificamente em se tratando do modelo ocidental de guerra, submetida ao que chamamos de “armadilha cívica”. Uma hipótese plausível pode ser o tipo de evidências que chegaram até nós sobre os cartagineses, quase sempre a partir das construções feitas por gregos vistos como romanizados (Políbio) e por romanos (a exemplo de Tito Lívio).

Assim, consideramos interessante desdobrar o argumento que diz respeito à questão do militarismo cívico na obra de Políbio ao longo da análise da segunda guerra púnica, percebendo seu quadro estratégico geral e suas fases de aplicação tática. Isso significa dizer que o cerco de Sagunto, considerado como início do conflito, não pode ser pensado de modo isolado, pois está estreitamente ligado ao conjunto de eventos que permitem a organização da segunda guerra púnica em três momentos.

Em primeiro lugar, de 218 a 216 a .C., do início da guerra (com o cerco de Sagunto) à batalha de Canas, entendemos que se encontra o primeiro momento da guerra, na medida em que após a vitória obtida em Canas, Aníbal poderia ter invadido Roma, não fosse pela deficiência de maquinários de cerco. Em seguida, de 216 a 205 a .C., configura-se o segundo momento da guerra, quando Cipião foi eleito cônsul e, de acordo com solicitação aprovada

pelo Senado, inverteu o princípio estratégico do confronto, passando a utilizar o mesmo plano geral de Aníbal: atacar diretamente o centro político inimigo.

Por último, caracterizando a última fase do conflito, de 205 a 202 a .C., quando Aníbal foi derrotado em batalha decisiva, emergiu a adaptação bem sucedida do cônsul Cipião, então Africano. A manobra envolvente empregada pelos romanos, aliada aos problemas políticos existentes entre o Conselho cartaginês e os Barca e à traição do reino da Numídia, fez com que a situação em Zama fosse completamente desfavorável ao comandante cartaginês, servindo de marco para o fim do conflito e de base para a reforma tática encaminhada na infantaria legionária.

1.2.1. DO CERCO DE SAGUNTO (218) À BATALHA DE CANAS (216 A .C.)

O cerco de Sagunto, conforme dito anteriormente, significou o início do segundo conflito entre romanos e cartagineses. Segundo Políbio[7], os cartagineses romperam com o acordo de não atravessar o Ebro em armas.

Os romanos, tomando os deuses por testemunhas, exigiram que Aníbal se mantivesse afastado dos saguntinos (pois estavam sob sua proteção) e não cruzasse o rio Ebro, segundo o pacto estabelecido com Asdrúbal.

Entretanto, existia uma segunda razão pela qual Roma não queria que os cartagineses cruzassem o rio. Segundo Michael Grant[8], o medo que os romanos tinham dos cartagineses marcharem pelos Pirineus, atravessando a Gália Cisalpina, onde celtas poderiam juntar-se a eles, fazia com que a tensão entre as duas potências aumentasse.

Após a primeira vitória anibálica sobre os romanos no Rio Ticino, quando Roma pensava contar com o cansaço das tropas cartaginesas, Cipião se retirou para Placentia e montou seu acampamento na frente da cidade. De acordo com Tenney Frank[9], “desde que Cipião cortou as pontes atrás dele, Aníbal marchou pelo Pó para encontrar uma passagem”.

Em seguida, no que viria a ser conhecido como a batalha de Trébia (218 a .C.), diante de todos os preparativos para a execução de um plano direcionado à realização do confronto decisivo, Aníbal levava em conta, de acordo com Políbio[10], três fatores. Em primeiro lugar, pretendia tirar proveito do ardor combativo dos celtas, enquanto o desejo de lutar contra os romanos estava ainda intacto. Em segundo lugar, quanto mais cedo o combate fosse travado, mais proveito Aníbal tiraria da inexperiência das tropas romanas. Por último, o comandante cartaginês considerava interessante lutar enquanto Cipião era assolado por uma enfermidade, o que garantiria o máximo aproveitamento no que se refere ao caráter inexperiente das legiões.

Aníbal dispôs seu irmão Mago, então no comando de excelente cavalaria, em terreno propício a emboscada, na medida em que inibia a visão dos romanos pela proximidade com a vegetação ao redor do rio. Enquanto isso, tendo os romanos respondido a provocação cartaginesa, iniciada com um ataque furtivo dos númidas, as tropas sob o comando de Barca se alimentavam e realizavam os últimos preparativos para o embate, aguardando que os romanos em marcha cruzassem despreparados o frio Trébia.

Após a travessia do rio, no momento em que o choque frontal ocorreu[11], os romanos se viram pressionados pelos elefantes cartagineses, dispostos à frente da cavalaria, enquanto as últimas linhas legionárias sofriam constantes ataques das forças montadas de Mago, que emergiu da emboscada com sucesso.

Em 217, fruto do contexto de expansão da participação dos plebeus nas magistraturas romanas, foi eleito para o segundo consulado Flamínio, que tentou conter o avanço dos cartagineses para o sul, acampando próximo a Etrúria. Aníbal, no entanto, optou por utilizar uma rota alternativa (deve-se dizer, pantanosa), que asseguraria a surpresa quando do confronto com o inimigo e impossibilitaria a união dos dois cônsules, aproveitando-se da ansiedade de Flamínio, que optou por avançar contra o inimigo.

Marchando em direção a Roma pela Etrúria, Aníbal tinha a sua esquerda a cidade de Crotona e os montes que a cercavam e a direita o lago Trasimeno. Ciente da trajetória do comandante romano, tirou proveito do espaço entre as colinas e o lago, dispondo as tropas ligeiras em posição favorável a emboscada, na medida em que acreditava no avanço precipitado dos romanos. Acampou com os africanos e os iberos no local que se opunha frontalmente ao caminho[12], induzindo a marcha de Flamínio e, desse modo, conseguiu atingir o objetivo de atacar os adversários em diversos pontos, confundindo até mesmo as operações de auxílio[13].

A vitória no lago Trasimeno instaura a discussão sobre o porquê, antes mesmo de Canas, Aníbal não avançou em direção a cidade de Roma e a sitiou. A explicação óbvia sobre a impossibilidade do transporte de máquinas de assédio pelos Alpes continua fazendo sentido, mas talvez este seja o caso onde a forma romana de fixar alianças (e, portanto, de recrutar tropas) possa se mostrar superior ao emprego do soldado mercenário. Sem batalhas decisivas e com problemas de abastecimento, as tropas de Aníbal mostrariam insatisfação e o novo ditador, Fábio Máximo, sabia disso. Utilizando-se de uma estratégia de ataque às linhas de abastecimento inimigas, evitou o choque frontal e a decisão em campo aberto, provocando instabilidade no corpo do exército cartaginês, seja pelo questionamento da autoridade de Barca ou por meio dos problemas gerados devido ao abastecimento reduzido.

No entanto, apesar da estratégia de Máximo ter se mostrado eficiente, a cultura militar pautada no combate direto em campo aberto (onde a disciplina era exercitada pelo corpo formado de soldados-cidadãos), traduziu-se em insatisfação por parte dos romanos. Em outras palavras, o desejo de combater frontalmente o inimigo (o que deve ser entendido como algo culturalmente estabelecido) fez com que Roma, graças ao recrutamento de tropas novas, desafiasse Cartago com o maior exército já disposto em campo de batalha.

Na narrativa de Políbio, os registros numéricos agem como reforço retórico, sem pretensões modernas de exatidão matemática. O historiador grego está preocupado com o significado que os números podem atribuir a uma batalha e pretende, portanto, acentuar a drasticidade da quantidade de mortos, na tentativa de convencer o quão relevante foi Canas, na medida em que a própria existência de Roma foi ameaçada. De acordo com Políbio, setenta mil soldados de infantaria e quase seis mil cavaleiros romanos foram mortos, excluindo as forças montadas compostas de aliados celtas[14].

A atuação romana na Gália Cisalpina, quando da marcha do exército cartaginês dirigido por Aníbal, produz uma questão referente à instabilidade gaulesa. De um lado, os romanos teriam se dirigido à Gália com o intuito de prevenir a expansão do domínio cartaginês para além dos Pirineus, que poderia se dar por meio da fixação de uma aliança com os celtas. Nesse sentido, os romanos estavam antecipando o evidente ataque cartaginês. Por outro lado, Aníbal teria se aproveitado da atuação romana na Gália, clara entre a primeira e a segunda guerra púnica, para tornar os ânimos inflamados dos celtas uma poderosa arma a ser utilizada na invasão da península itálica.

Teoricamente, Aníbal estava diante de duas estratégias para levar os romanos à destruição. Poderia tomar a própria cidade de Roma ou cortar suas linhas de abastecimento, provocando o esgotamento de toda a resistência armada, o que conduziria ao fim do conflito. A opção de assediar e capturar diretamente Roma implicaria na possibilidade de desembarcar nas proximidades da cidade com o conjunto de maquinários necessários para o cerco. Tal situação era apenas ideal, já que os cartagineses haviam perdido o controle marítimo com a derrota na primeira guerra púnica. Restava apenas a marcha rumo aos Alpes, com o objetivo de atravessá-lo e dali prosseguir à invasão do território romano.

Tendo assumido o trajeto possível às suas forças, Aníbal estava confiante em seu sucesso tático, ou seja, “certo de que poderia derrotar qualquer exército romano que viesse confrontá-lo”[15]. Evidentemente, uma sucessão de vitórias campais não garantiria a vitória cartaginesa e a esperança no corte das linhas de abastecimento não poderia dar certo se Aníbal não recebesse apoio de Cartago e se permanecesse isolado nos arredores de Roma, incapaz de sustentar os ânimos de suas tropas com uma demora de mais de dez anos.

De qualquer maneira, a capacidade tática de Aníbal, advinda das possibilidades de movimentação de seu exército reformado nos padrões helenísticos de guerra, permitiu que ele encaminhasse sua estratégia ofensiva, deslocando suas tropas vitoriosas de Sagunto até as portas de Roma.

Montar acampamento próximo a Canas parecia interessante aos cartagineses porque consolidava o desejo de Aníbal: enfrentar os romanos em uma batalha decisiva, onde pudesse colocar seu plano de envolvimento em prática, concebido em adaptações das batalhas promovidas pelo exército macedônico aproximadamente um século antes.

Os romanos haviam disposto seu numeroso exército de forma tradicional: *velites* a frente da infantaria de choque, cavaleiros romanos na ala direita e cavalaria composta de aliados na ala esquerda. Políbio constrói um *ad locutio* de Lúcio Emílio Paulo, cônsul encarregado em Canas do comando da ala direita do exército, enfatizando a superioridade numérica dos romanos:

Como todas as condições agora são o contrário das predominantes nas batalhas a que me referi, podemos antever que o resultado da batalha prestes a travar-se será igualmente o oposto. De fato, seria na realidade estranho, ou melhor, impossível, que após haverdes enfrentado os vossos inimigos em igualdade de condições em tantas escaramuças isoladas, e em muitos casos terdes sido vitoriosos, agora, quando ireis combatê-los com vossas forças reunidas e lhes sois numericamente superiores numa

Aníbal, por outro lado, tendo disposto os celtas e iberos em uma formação que Políbio chama de crescente ou convexa, provocou a sensação de inchaço nas linhas centrais, atraindo os romanos para uma constante investida contra o centro cartaginês, tal qual estavam habituados a fazer.

A situação estava posta em um grande risco, uma vez que o recuo dos celtas e iberos poderia causar o rompimento da linha de envolvimento e, conseqüentemente, levar as forças púnicas à desordem. O plano de Aníbal era arriscado, porém funcional, uma vez que sabia da superioridade da cavalaria celta diante da romana e da força da cavalaria númida, assim como confiava que seus infantes africanos dispostos nas laterais como tropas de reserva pudessem entrar em ação quando a ameaça de rompimento da linha de frente cartaginesa se formasse[17].

Conforme o combate de cavalaria se desenrolava e os celtas montados rodeavam a retaguarda romana, indo auxiliar os númidas da outra ala, a cunha formada de infantes celtas e iberos cedia (indo de convexo para côncavo) até o momento em que o maciço corpo de legionários encheu uma espécie de “bolsa”. Os legionários, então cercados pelos africanos dispostos nos flancos, não foram capazes de oferecer resistência, mesmo estando em maior número[18]. Por fim, as forças montadas comandadas por Asdrúbal efetuaram cargas sucessivas em vários pontos na retaguarda romana, concluindo a manobra de envolvimento[19].

De acordo com Victor D. Hanson, o massacre a que foram submetidos os romanos em Canas ilustra o valor do militarismo cívico em sua ocorrência mais improvável, ou seja, “quando um exército mercenário demoliu a milícia de Roma”[20], na medida em que os romanos conseguiram se organizar para depois derrotar o inimigo. Neste sentido, durante o séc. III a.C., a legitimidade na luta pela cidade-estado repousava na constante retomada de valores marciais advindos do civismo dos tempos antigos.

1.2.2. DA BATALHA DE CANAS (216) AO CONSULADO DE CÍPIÃO, O AFRICANO (205 A .C.)

A abordagem descrita acima aposta na força do exército cívico e na necessidade de sua relação com os outros aspectos característicos do modelo ocidental de guerra[21]. Porém, apesar de todas as peculiaridades na delimitação da cidadania (diferente entre gregos e romanos, por exemplo), um elemento permanece nuclear: o apelo ao sentimento cívico e à defesa da cidade-estado. Nossa interpretação para a segunda guerra púnica pretende escapar a que mostra o soldado-cidadão como uma das chaves para a interpretação do sucesso romano em Zama (202 a .C.), concebido em relação direta ao fracasso de Canas.

Políbio defende que a força da constituição romana permitiu que pudessem retomar a conquista de seus territórios e ir mais além, incorporando todos a sua volta. O argumento da natureza da *politéia*, embora não seja nosso interesse analisá-la, constrói um dos campos necessários para a produção da “armadilha cívica”: cidadãos são formados por suas constituições, que os delimitam como sujeitos livres porque atuam na garantia da liberdade, a exemplo dos espartanos nas Termópilas, durante as guerras greco-pérsicas.

De acordo com o historiador grego:

A derrota dos romanos era inegável e haviam perdido sua reputação marcial, mas a peculiaridade de sua *politéia* e a prudência de suas deliberações não somente permitiu que recobrassem o domínio da Itália, como também todos a sua volta[22].

Uma outra interpretação possível é de que Aníbal pôde vencer e foi vencido especialmente devido às diversas adaptações da tática que melhor expressa os fundamentos clássicos de um modelo de guerra iniciado com os gregos e potencializado com Filipe II, sob a forma de tradição militar helenística. Sustentamos que essa proposta, sem ignorar outros aspectos, é capaz de aglutinar um conjunto de indícios que permitem apresentar a relevância da hipótese tática – a que delimita a formação de uma tradição militar que leve em consideração diversas adaptações de planos de batalha e o desenvolvimento dos armamentos no cenário helenístico.

Após a batalha de Canas, “os exércitos romanos estavam divididos em um número de pequenas forças distribuídas em pontos vitais, como uma matilha de cães disposta ao redor de um leão”[23]. Na seqüência do argumento de Grant, desdobrada da ênfase conferida à invasão de Aníbal e quase sempre devido ao impacto da batalha de Canas (mesmo entre historiadores antigos), a relevância das operações militares na Hispânia é ignorada ou caracterizada como “esfera secundária”. Exatamente por isso devemos considerar os aspectos múltiplos da Segunda Guerra Púnica, compreendendo a estratégia romana frente aos problemas enfrentados na península itálica com a expedição comandada por Aníbal.

Nos primeiros anos da guerra, o exército romano situado na Hispânia foi comandado por dois homens, ambos de nome Cipião (pai e filho). Sob sua atuação, Sagunto foi recapturada em 211 a .C. e serviu de base para as demais operações na região. Em 210, o Senado decidiu por delegar o comando das forças na Hispânia a Cipião, o que será designado posteriormente “Africano”, devido ao sucesso na investida contra a segunda área de controle do império cartaginês.

Segundo Michael Grant[24], logo após a conquista de Nova Cartago (209 a .C.), Cipião marchou para o centro da Hispânia, no intuito de combater Asdrúbal em Baecula, visando o aniquilamento das forças cartaginesas enquanto estavam separadas. Nesta ocasião, Cipião atacou o inimigo utilizando os homens levemente armados como “tropas de cobertura” (*screen*), induzindo pela movimentação tática a realização do princípio de envolvimento, da mesma maneira que Aníbal fizera na península itálica (em Canas, por exemplo).

Esta ocasião ilustra não somente a ampliação da flexibilidade tática referente ao exército romano, como também a aproximação do conhecimento militar de Cipião com o que pode ser caracterizado enquanto tradição militar helenística. Este momento, que é o de vitória romana sobre os sucessores de Asdrúbal (agora em marcha rumo a península itálica), torna-se crucial na interpretação da segunda guerra púnica devido ao caráter conclusivo da vitória, na medida em que muitos aliados romperam seus acordos com Cartago, resultando ao final do ano na perda definitiva de todos os territórios espanhóis.

Com o alarme provocado pela chegada de Asdrúbal à península itálica, que objetivava por sua vez juntar forças com Aníbal, o comandante romano Caio Cláudio Nero marchou para o

rio úmbrio Metaurus (207 a .C.). Como Asdrúbal estava ávido por encontrar com o exército de seu irmão, e sabendo da proximidade das tropas romanas, optou por mover seu exército pelos desfiladeiros ao cair da noite, no intuito de não ser visto pelo inimigo durante a marcha. No entanto, falhou em seu plano e foi submetido ao combate, morrendo na primeira vitória romana caracterizada pelo choque de infantaria levemente armada, dada a natureza do terreno.

1.2.3. DO CONSULADO DE CIPIÃO, O AFRICANO (205 A .C.) À BATALHA DE ZAMA (202 A .C.)

Passados dois anos da realização deste combate, momento em que Cipião é eleito cônsul, ocorre uma alteração estratégica fundamental por parte dos romanos. De um lado, representava a aplicação do mesmo princípio empregado por Aníbal quando optou por invadir a península itálica, isto é, atacar o inimigo em seu próprio território, levando todas as moléstias da guerra para próximo de suas cidades, ampliando o terror e muitas vezes a ansiedade pelo fim do confronto. Por outro lado, significava que a organização da estratégia romana desenvolvida na Hispânia, que resultou em desequilíbrio da logística cartaginesa, permitiu um nível de organização a ponto de o Senado aprovar a solicitação de Cipião, quando propôs a invasão da África.

Em 204, com exército formado também por cavaleiros advindos de parte da Numídia, que haviam estabelecido aliança sob o comando do príncipe Masinissa, Cipião desembarcou no norte da África, não muito distante de Cartago. Diante das exigências por parte da aristocracia cartaginesa, Aníbal teve que retroceder a Cartago, pois além de não contar mais com abastecimento para o prosseguimento de sua campanha (uma vez que a Hispânia deixara de ser “cartaginesa”), não podia recusar a solicitação de defesa advinda diretamente da cidade de Cartago.

A movimentação de Cipião se deu no sentido de minar o suprimento de alimentos da capital inimiga, destruindo as reservas agrícolas ao redor da cidade e se instalado próximo a Zama, onde ocorreu a última batalha decisiva da segunda guerra púnica, em 202 a .C. O último ano do conflito foi marcado pelo aumento na hostilidade de ambos os lados, cientes de que o fim do conflito residia no choque frontal entre os dois exércitos: os cartagineses combatiam por sua sobrevivência, na tentativa de evitar o saque e a destruição de Cartago e os romanos lutavam, de acordo com a fonte, para vingar a situação do qual foram vítimas.

Nas palavras de Políbio[25]:

Este era o sinal para a retomada da guerra com a crueldade e o espírito mais colérico. Os romanos, por um lado, encaravam-se como tendo sido tratados com perfídia, e se viram tomados por uma determinação furiosa direcionada a conquista dos cartagineses. Por outro lado, conscientes das conseqüências do que eles haviam feito, os cartagineses estavam prontos para fazer o que fosse preciso para evitar cair nas mãos do inimigo. Com aquele sentimento animando ambos os lados, estava evidente que o resultado seria decidido em campo de batalha.

Deve-se notar que em Zama, quando o contexto apontava para a inevitabilidade da batalha, estava disposto diante de Aníbal um exército flexível, forjado sob o comando de um romano que o treinou durante os anos que estiveram na Hispânia, conquistando territórios por meio

de adaptações das táticas empregadas por Aníbal na península itálica.

Segundo Giovanni Brizzi[26], esta ocasião apresentava um problema duplo. Por um lado, Aníbal deveria combater de modo diferenciado, deixando de lado “os conceitos que tinham possibilitado suas vitórias precedentes, superados e tornados inaplicáveis por uma situação militar profundamente alterada”. Por outro lado, não poderia ignorar que em Zama não dispunha de excelente cavalaria nômada, indispensável em todas as suas concepções táticas empregadas em território romano.

Quando a batalha foi iniciada, Aníbal realizou uma manobra de envolvimento, acreditando que ao recuar as duas linhas do exército (uma para a ala esquerda e outra para a ala direita), os romanos se concentrariam em avançar com sua formação densa de três linhas focadas no choque frontal e retilíneo. No entanto, o cônsul romano também pensava poder envolver o exército cartaginês e, aproveitando-se da disposição habitual das legiões, ordenou que as duas últimas linhas se desdobrassem para as alas, obedecendo ao mesmo esquema proposto por Aníbal, mas de forma invertida.

Quanto à colisão das tropas de infantaria, Políbio[27] argumenta em favor da superioridade dos romanos, apontando a uniformidade atingida pela defesa do bem comum como principal fator da vitória dos legionários:

As linhas inimigas de infantaria pesada avançavam para o choque, confiantes e orgulhosas; exceto as ‘tropas italianas’ de Aníbal, que permaneceram na posição de origem. Quando se aproximaram um do outro, os romanos atacaram os inimigos, liberando seu tradicional grito de guerra e batendo suas espadas contra seus escudos, enquanto os mercenários cartagineses emitiram uma estranha confusão de gritos (...) a voz de todos não era uma só, assim como não era um único grito.

Ao final do choque, quando os legionários gradualmente empurraram as duas linhas laterais do exército cartaginês para uma formação cada vez mais convexa, o resultado da batalha ficou a cargo dos nômadas, que retornaram ao cenário principal de Zama (após bater a cavalaria inimiga) e concluíram o cerco dos cartagineses.

Ao fim da batalha, poucos cartagineses sobreviveram e daí por diante a Segunda Guerra Púnica pode ser considerada encerrada. A prova desse fim se deu especialmente quando o próprio Aníbal, sobrevivente de Zama, propôs ao conselho cartaginês que o mesmo aceitasse as pesadas condições impostas pelos romanos, nas negociações de paz. Esquematisando, os cartagineses tiveram sua frota limitada e Masinissa se tornou rei de toda a Numídia, além do fato de Cartago, daí por diante, permanecer submetido ao consenso dos romanos, quando optasse por entrar em guerra com outro povo.

Exemplificando pelo argumento de Políbio quando do choque de infantarias durante a batalha de Zama, sua explicação para a vitória romana na guerra advém do fato dos legionários lutarem pelo que a todos pertence e de modo consentido, na medida em que o recrutamento neste momento é cívico e não profissional. Por outro lado, no que se refere ao exército mercenário dos cartagineses, a habilidade tática é exaltada, mas submetida no enredo polibiano à força obtida pela execução do dever cívico.

- [1] GRANT, Michael, *History of Rome*, Nova York : Charles Scribner's sons, 1978, p. 87
- [2] POLYBIUS, *The histories*, Cambridge : Harvard University Press, 2006, Livro 1, 33.
- [3] GUARINELLO, Norberto L. *Imperialismo greco-romano*, São Paulo, Ática, 1987.
- [4] Evidentemente, neste artigo permanecemos focados na segunda guerra púnica.
- [5] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 5-8.
- [6] SCULLARD, H. H., Carthage. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 2, p. 98-107, 1955, p. 102.
- [7] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 15.
- [8] GRANT, Michael, *History of Rome*, *Op.cit.*, p.115.
- [9] FRANK, Tenney, Placentia and the battle of the Trebia. *The journal of Roman Studies*, London, v. 9, p. 202-207, 1919, p. 203
- [10] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 70.
- [11] Os exércitos estavam dispostos ao modo tradicional, isto é, infantaria ligeira a frente, infantaria pesada logo atrás e cavalaria nas alas.
- [12] M. O. B. Caspari (1910: 421), em artigo sobre o problema da localização da batalha (*The battle of lake Trasimene*), sustenta que apenas uma única parte do exército de Aníbal estava visível, "facing the line of march".
- [13] POLYBIUS. *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 84.
- [14] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 117.
- [15] SALMON, E. T. The strategy of the second punic war. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 7, p. 131-142, 1960, p. 136.
- [16] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 109.
- [17] A ameaça de rompimento das linhas centrais era, aliás, necessária para a execução da manobra.
- [18] HART, Liddell, *As grandes guerras da história*, São Paulo: Ibrasa, 1982, p. 55.
- [19] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 116.
- [20] HANSON, V. D., *Why the west has won*, Nova York, Faber and Faber, 2001, p. 11.
- [21] Evidente que o conceito de cidadania entre gregos e romanos é completamente diferente, existindo especificidades no próprio mundo grego (dependendo da época e da *pólis*).
- [22] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 3, 9.
- [23] GRANT, Michael, *History of Rome*. *Op.cit.*, p. 119.
- [24] *Ibid.*, p. 121.
- [25] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 15, 3.
- [26] BRIZZI, Giovanni, *Il Guerriero, L'oplita, il Legionario*, Bolonha, Società editrice il Mulino, 2002, p. 68.
- [27] POLYBIUS, *The histories*, *Op.cit.*, Livro 15, 12.

BIBLIOGRAFIA:

BRIZZI, Giovanni, *Il Guerriero, L'oplita, il Legionario*, Bolonha, Società editrice il Mulino, 2002.

CASPARI, M. O. B., The battle of lake Trasimene , *The English historical review*, Oxford , vol. 25, pp. 417-429, 1910.

FRANK, Tenney, Placentia and the battle of the Trebia, *The journal of Roman Studies*, London , v. 9, p. 202-207, 1919.

GRANT, Michael, *History of Rome* , New York , Charles Scribner's sons, 1978.

GUARINELLO, Norberto L. *Imperialismo greco-romano*, São Paulo , Ática, 1987.

HANSON, V. D., *Why the west has won*, New York,: Faber and Faber, 2001.

HART, Liddell, *As grandes guerras da história*, São Paulo, Ibrasa, 1982.

POLYBIUS, *The histories*, Cambridge , Harvard University Press, 2006.

SALMON, E. T. The strategy of the second punic war. *Greece & Rome*, Cambridge , v. 7, p. 131-142, 1960.

SCULLARD, H. H., Carthage. *Greece & Rome*, Cambridge , v. 2, p. 98-107, 1955.

Índice

